

# ESTRATÉGIA Para a Administração Popular

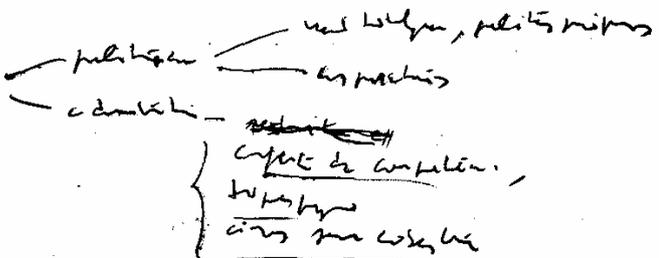
Contribuição para a formulação do  
PAG e dos Planos Semestrais

Comissão GP/SGM - Fev/Mar 90

— Pontos

— Perfil de grupo estratégico

— Descrição dos setores - ócio



Equipe  
recurso administrativo

— Análise funcional, funcional, dentro de um diagnóstico,  
em uma análise, análise e análise para não analisar

## I. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO BASE DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Pensar uma estratégia para a Administração Popular impõe indagações sobre seu papel no contexto global das transformações sociais no Brasil.

O Brasil se distingue das sociedades ocidentais do tipo clássico. A busca da supremacia, em nosso país, envolve a compreensão da precedência do Estado sobre a sociedade civil. Exige o entendimento de que a construção da hegemonia se dá no processo de construção de uma nova sociedade civil. A luta por instituições realmente autônomas em relação à sociedade política, alicerçada na cidadania, impõe a inversão da lógica atual, permitindo à sociedade civil sujeitar o Estado ao seu conteúdo ético.

Esta peculiaridade faz com que no caso brasileiro a construção da hegemonia (política, cultural, etc.) se dê associado ao processo de exercício da função dirigente, através da direção do "aparelho" de Estado. É este sentido estratégico das Administrações Populares que faz com que se busque de forma sistemática, por todas as formas, criar um consenso afirmando que a esquerda é capaz de governar, atuar unida, e ser competente, alterando a correlação de forças na sociedade, principalmente das camadas populares. Os setores conservadores sabem da importância estratégica da disputa por este consenso e, negando qualquer possibilidade de alternativa de poder, promove um intenso assédio publicitário e político, apresentando as Prefeituras Populares em geral e em particular o PT (como partido hegemônico) como se este fosse o único partido exercendo governo municipal no país.

Trata-se de começar a reverter o quadro através da modificação do direcionamento político geral do Estado, usando de forma progressiva este elemento que até agora as elites dirigentes usaram tão bem para alijar aos diferentes e manter-se no poder. Para isso é necessário, através da relação com toda a sociedade, com políticas e com realizações, transmitir e disputar no cotidiano de milhares nossa concepção de mundo e nossos valores. Em suma, constituir um novo consenso, uma nova hegemonia socialista.

A disputa por essa hegemonia deve se dar através da função dirigente, explorando ao máximo a capacidade que o Estado tem de relacionar-se institucionalmente com a sociedade, rompendo as amarras dos deveres e direitos formais. O exercício da função dirigente é premissa fundamental para a construção da hegemonia. E isso implica perceber que o êxito das Administrações Populares depende, de um lado, em boa parte, de sua capacidade de colocar sob a hegemonia dos trabalhadores, não apenas setores médios, não-proletários, mas mesmo parcelas significativas da iniciativa privada, neutralizando os setores hostis do capital, reduzindo ao máximo as áreas de conflagração que exijam o exercício de força. Este movimento, se bem realizado, paralisa a capacidade ofensiva dos conservadores. E, de outro lado, também perceber que ao

Administrações Populares são uma possibilidade de ampliação de uma esfera pública socialista de massa no Brasil e seu fracasso teria dimensões estratégicas.

Nesse sentido, deve ser entendido que o planejamento de governo, embasado em concepções estratégicas, é condição para efetivação do nosso projeto e construção de uma contra-hegemonia. Esse planejamento é necessário para que nosso projeto produza não apenas um consenso no sentido restrito do termo, isto é, entre iguais - que seriam os partidos da Frente, as posições no interior dos partidos ou do Governo - mas também um consenso entre os diferentes e parcelas das forças antagônicas, ou seja, a partir da potência obtida pelas proposições e do grau de universalidade que estas adquirem no confronto.

Mesmo numa conflagração aberta entre duas vontades, há sempre uma base de acordo: nem que seja o acordo de que ambas as partes estão dispostas a tentar a destruição, uma da outra. Entretanto, reconhecendo como limitadas as finalidades envolvidas num conflito, e dotando esse conflito de teleologia humana.

Universalização, nesse sentido, não é um mero trânsito do singular ou do particular para o universal. Trata-se de reconhecer a riqueza de contradições de uma realidade plena de diferenças, plena de vida, de movimento, em que cada particularidade se nega, em certo sentido, para se sintetizar no universal. Essa integração só é possível mediante um consenso, em que a cooperação passiva passa a ser cooperação ativa. (f#) A busca desse consenso é uma atitude de afirmação da subjetividade, de superação artificial da "naturalidade" que marca as relações humanas. O objetivo desse consenso é uma humanização crescente, porém, com resultados para o aqui e o agora, que dependem das forças em disputa, dos cenários e atores que as protagonizam e que não podem ser traduzidas nas certezas das regulamentações normativas.

Constituir a partir da administração pública a hegemonia democrática - ou seja, o consenso entre os diferentes - significa almejar desde antes da afirmação da vontade de parte, um grau de "consenso" que é um fim em si mesmo, para administração dos conflitos e dos meios, assim como criar condições para permitir aferir em cada contexto, a derrota ou vitória.

Isto implica preocupações diretas com os métodos usados para administrar, uma vez que as técnicas de planejamento tradicionais predominantes na esfera pública lidam, fundamentalmente, com meios e variáveis integradoras de meios. Através de normatizações técnicas abstratas, cuja dignidade só existe no discurso, em que a técnica adquire o estatuto de uma razão supra-humana, buscando regular uma realidade onde o conflito é visto como uma "anormalidade", que impede resultados "positivos" de parte do planejamento e não como sendo componente inalienável da essência do homem.